



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 16/2019 (de 08/08/2019 a 23/9/2019)

NOME/RAZÃO SOCIAL: PLURAL - Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência

() agente econômico
() consumidor ou usuário

(X) representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
Preâmbulo	A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOMCOMBUSTÍVEIS – ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e as disposições previstas no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999 , considerando o que consta do Processo nº 48610.202284/2019-33 e as deliberações da ____ª Reunião de Diretoria, realizada em (DIA) de (MÊS) de (ANO), RESOLVE:	O Decreto citado regulamenta o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis.
Parágrafo único do Art. 1º	Parágrafo único. No que couber, as normas desta Resolução podem ser aplicadas a outros procedimentos, por analogia, desde que não restrinja direitos do agente regulado	Em linha com os princípios aplicáveis aos processos administrativos, o objetivo da aplicação análoga da resolução deve se dar de forma a não prejudicar direitos dos agentes regulados.
Art. 2º caput; incisos I a III;	Art. 2º Todos os atos de comunicação do processo serão feitos da seguinte forma: I – A citação ou a intimação pelo Correio com aviso de recebimento; ou	Para maior transparência e segurança jurídica dos administrados, faz-se necessário detalhar os procedimentos para a comunicação dos atos dentro dos

	<p>II – A citação ou a intimação pessoalmente, ao próprio autuado ou ao seu representante legal ou preposto que responda pelo gerenciamento do negócio, quando lavrado o auto no local da ocorrência.</p> <p>III – A intimação pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que ocorrerá somente após a apresentação de defesa pelo autuado, no e-mail indicado pelo próprio autuado para esse fim específico.</p>	<p>processos, diferenciando-se, inclusive, os regimes de citação e intimação.</p> <p>Dado que o processo eletrônico é uma realidade e, visando a garantia do contraditório e da ampla defesa, a intimação pelo sistema eletrônico, somente ocorrerá após a apresentação da defesa.</p>
Parágrafo 1º do Art. 2º	§ 1º Frustradas todas as tentativas de comunicação nas formas previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a ciência ao autuado será efetuada por meio de publicação no Diário Oficial da União.	Alteração em linha com os itens 23 a 26 do parecer 00768/2019/PFANP/PGF/AGU.
Art. 4º	Art. 4º Os vícios processuais meramente formais do auto de infração são passíveis de convalidação em qualquer fase do processo, quando não representarem prejuízo ao direito de defesa do autuado.	Hipóteses de incompetência absoluta não devem ser convalidadas ao longo do processo.
Art. 6º	Art. 6º O autuado será citado para apresentar defesa, no prazo de quinze dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à ciência pelo autuado do auto de infração.	Acompanhando a evolução do direito processual civil e em linha com o Projeto de Lei 35/2018 ¹ , sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis, especialmente no que se refere às alegações finais, cujo prazo é de 05 dias.
Criação do art. 6º-A	Art. 6º-A. A Quando o vencimento ocorrer em feriado ou em dias úteis em que não haja expediente integral na ANP, o prazo para a apresentação da defesa prorrogar-se-á, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte.	A fim de dar mais segurança jurídica e transparência aos agentes regulados, faz-se necessária a determinação de como se conta o vencimento do prazo.
Criação dos Parágrafos 1º, 2º e 3º no Art. 8º	<p>§1º: O acesso à vista autos do processo, bem como as cópias, digitais ou físicas requeridas, serão disponibilizadas antes de findo o prazo do autuado em se manifestar no processo.</p> <p>§ 2º: Requerendo o autuado a cópia dos autos que são físicos, o prazo para defesa iniciará no dia útil seguinte à entrega das referidas cópias pela Agência.</p> <p>§ 3º: Quando a intimação se der através do SEI, a ANP deverá conceder ao autuado o acesso imediato aos processos em sua integralidade.</p>	Segurança jurídica aos administrados/autuados e manutenção do prazo do autuado em razão de lapso temporal para entrega das cópias de processos físicos pela Administração Pública.

Art. 9º	Art. 9º. Recebida a defesa, uma vez verificada a necessidade de esclarecimento imprescindível à decisão ou de coleta de elementos de prova, a unidade organizacional avaliará a pertinência das diligências e das provas requeridas pelo autuado.	Esgotar a possibilidade de produção de provas, permitindo a adequada instrução do processo, antes da análise dos fatos e do mérito.
Exclusão dos Incisos I a III no Art. 9º		Incisos transferidos para o art. 9-A.
Criação do art. 9º-A e Incisos I a IV	Art. 9º-A Após a produção das provas, se houver , a unidade organizacional responsável pela instrução do processo deverá elaborar despacho de instrução, que conterá: I - a verificação do atendimento das formalidades estabelecidas no art. 6º do Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999; II - a análise técnica e jurídica do fato a que se refere a autuação, do enquadramento da infração imputada, da adequação da penalidade indicada no auto de infração e eventuais outras a que está sujeito em caso de condenação; III - A análise das provas e dos argumentos técnicos e jurídicos apresentados na defesa do autuado; e IV - a indicação de eventuais antecedentes do agente autuado.	Assegurar a análise das provas e argumentos técnicos, garantindo ao autuado seu direito à ampla defesa.
Art. 10	Art. 10 O autuado será informado sobre os atos administrativos realizados e intimado para apresentação de alegações finais, no prazo de cinco dias úteis , contados do recebimento da intimação.	Acompanhando a evolução do direito processual civil e em linha com o Projeto de Lei 35/2018, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis. Essa necessidade se faz mais importante ao se tratar do prazo para a apresentação de alegações finais.
Parágrafo 1º do Art. 11	§ 1º Caso a diligência seja para a coleta de elementos de prova, o autuado deverá ser intimado com antecedência mínima de cinco dias úteis , mencionando-se data, hora e local de realização da diligência.	Acompanhando a evolução do direito processual civil e em linha com o Projeto de Lei 35/2018, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis.
Parágrafo 2º do Art. 11	§ 2º Cumprida a diligência, deverá ser garantida a oportunidade de manifestação do autuado antes da decisão, em prazo não inferior a cinco dias úteis.	Faz-se necessário fixar um prazo mínimo para resposta do autuado, assegurando tempo razoável para sua manifestação.

Parágrafo único do Art. 12	Parágrafo único. Na hipótese do caput, deverá ser garantida a oportunidade de manifestação do autuado antes da decisão, em prazo não inferior a cinco dias úteis.	Faz-se necessário fixar um prazo mínimo para resposta do autuado, assegurando tempo razoável para sua manifestação.
Criação do Art. 12-A	Art.12-A. Os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados, mediante solicitação fundamentada do autuado, e autorização prévia da ANP.	Considerando práticas anteriores, é importante que haja a possibilidade de uma eventual flexibilização para casos de maior complexidade, a fim de garantir o direito de defesa do autuado.
Art. 16	Art. 18. A fundamentação apresentará a análise das questões de fato e de direito alegadas ao longo do processo, incluindo as provas produzidas, e a motivação da decisão.	A motivação da decisão deve explicitar, também, a análise das provas produzidas ao longo do processo.
Art. 17	Art. 17. A autoridade julgadora observará as orientações de julgamento para proferir sua decisão, na forma do art. 34, quando aplicável ao caso concreto.	Sugestão de ajuste na redação para melhoria na compreensão da cláusula.
Art. 18	Art. 18. Em caso de fixação da pena de multa, a autoridade julgadora observará os critérios legais da capacidade econômica do estabelecimento autuado, gravidade da infração, antecedentes e vantagem auferida, considerando as especificidades inerentes a cada atividade regulada.	Melhoria no critério de aplicação de penas.
Criação dos Parágrafos 1º e 2º no Art. 18	§ 1º: O cumprimento espontâneo da obrigação, antes do início da ação de fiscalização, da ciência desta ou antes da autuação, deverá ser considerado causa de diminuição da pena. § 2º: Não será imputada qualquer penalidade ao autuado em caso de denúncia espontânea da infração de obrigação exclusivamente pecuniária. Nesta hipótese, o agente regulado deverá efetuar em até dez dias úteis o pagamento da compensação financeira devida e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela ANP, quando o montante dependa de sua apuração.	É importante que os esforços do autuado para sanar a não conformidade sejam levados em consideração na gradação da pena Sugere-se um incentivo ao agente regulado para estimular o saneamento antecipado de obrigações não cumpridas no prazo, em benefício da arrecadação e para valorizar a boa-fé do agente regulado.
Art. 19	Art. 19 Para fins de agravamento da pena de multa, a autoridade julgadora deverá considerar como antecedentes apenas as condenações definitivas relativas à mesma conduta infracional.	Para fins de caracterização de reincidência própria, é necessário que a mesma conduta infracional tenha sido praticada pelo agente regulado. A referência a “mesma atividade regulada” é muito ampla e dá margem a

		ambiguidades, que podem prejudicar injustamente o agente regulado.
Parágrafo único do Art. 20	Parágrafo único. Em caso de alteração do enquadramento, deve ser devolvido ao autuado o prazo de defesa, nos termos do art. 6º, aproveitando-se, no que couber, as provas já produzidas, sem prejuízo da produção de outras provas, caso aplicável.	As alterações foram realizadas a fim de garantir o efetivo exercício da ampla defesa pelo autuado.
Exclusão do Art. 21		Vícios no auto de infração devem levar à sua nulidade de pleno direito.
Art. 23	Art. 23 Em face da decisão que imponha penalidades, o autuado poderá interpor recurso no prazo de dez dias úteis contados da intimação da decisão, observado o disposto no art. 14.	Acompanhando a evolução do direito processual civil e em linha com o Projeto de Lei 35/2018, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis.
Parágrafo único do Art. 24	Parágrafo único. Entende-se por recurso parcial da decisão o que se insurgir contra apenas uma ou mais condutas infracionais que compõem o somatório das multas aplicadas ou apenas contra a penalidade não pecuniária.	Sugestão de ajuste na redação para melhoria na compreensão da cláusula.
Parágrafo 2º do Art. 26	§ 2º Havendo irregularidade formal sanável, o recorrente deverá ser intimado pela unidade organizacional para a regularização, no prazo de cinco dias úteis contados da intimação.	Acompanhando a evolução do direito processual civil e em linha com o Projeto de Lei 35/2018, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis
Art. 27	Art. 27. Caso o recurso seja admitido para seguimento, o julgador de primeira instância realizará o juízo de reconsideração acerca da decisão proferida.	Deixar claro que o juízo de admissibilidade é feito pelo mesmo órgão que fará o eventual juízo de reconsideração
Parágrafo 2º do Art. 27	§ 2º Caso o julgador reconsidere sua decisão de modo a minorar as penalidades impostas na decisão recorrida, o autuado será comunicado da nova decisão pelo NGC e, se houver aplicação de multa, ser-lhe-á conferida nova oportunidade para recorrer ou pagar a multa com o desconto legalmente previsto.	Sugestão de ajuste na redação para melhoria na compreensão da cláusula.
Inclusão de Inciso e Alteração da numeração dos	I - número do processo administrativo; II - ramo de atividade do autuado; III - infração(ões) praticada(s);	Deve constar da proposta de ação a análise das provas produzidas e a fundamentação da decisão proferida.

<p>incisos no Art. 29</p>	<p>IV - multa aplicada e critérios considerados, quais sejam, gravidade da infração, condição econômica do autuado, vantagem auferida e antecedentes, conforme art. 4º da Lei nº 9.847, de 1999;</p> <p>V - pena de perdimento, de suspensão ou de revogação da autorização para o exercício da atividade, acompanhadas dos fundamentos legais, caso aplicadas; e</p> <p>VI – análise das provas e dos argumentos fáticos e jurídicos apresentados pelo autuado no recurso administrativo;</p> <p>VI - recomendação técnica para o julgamento.</p>	
<p>Art. 31</p>	<p>Art. 33. O conteúdo dos processos administrativos sancionadores da ANP é público, cabendo à unidade organizacional restringir o acesso somente nos casos previstos na legislação em vigor ou mediante requerimento de sigilo fundamentado do autuado à ANP.</p>	<p>Certos processos podem conter dados ou informações sensíveis, sendo importante haver a possibilidade de ser requerido o seu sigilo.</p>
<p>Caput e Parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 34</p>	<p>Art. 34. Cada unidade organizacional da ANP que realizar o julgamento de processos sancionadores, no intuito de uniformizar o entendimento dos julgadores ou orientar os trabalhos do setor, poderá propor orientações de julgamento sujeitas à avaliação da Diretoria da ANP.</p> <p>§ 1º As orientações de julgamento aprovadas pela Diretoria da ANP serão aplicáveis à unidade organizacional que as aprovou e serão publicadas no site da ANP na Internet.</p> <p>§ 2º A orientação de julgamento terá por objeto a interpretação, o enquadramento típico da conduta e a eficácia das normas regulatórias, acerca das quais haja controvérsia ou dúvida que acarrete insegurança jurídica, devendo ser amplamente divulgada a proposta para que terceiros possam, no prazo de até 30 dias, apresentarem argumentos contrários à proposta apresentada.</p> <p>§ 3º A orientação de julgamento poderá ser proposta por qualquer servidor, que deverá apresentar o texto sugerido e sua justificativa ao</p>	<p>Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão.</p> <p>Determinar prazo para contraditório após conhecimento acerca da proposta da orientação de julgamento.</p>

	gestor da unidade organizacional, que, em caso de aprovação pela Diretoria da ANP , comunicará aos membros da unidade.	
Parágrafo 4º do Art. 34	§ 4º A orientação de julgamento poderá ser revista a qualquer tempo, por qualquer administrado e/ou servidor , efetuando-se uma proposta de alteração ou de cancelamento, pelo mesmo procedimento previsto no §3º.	Deixar claro quem poderá propor a revista da orientação de julgamento.
Art. 36	Art. 36. As unidades organizacionais deverão converter em orientações de julgamento, no prazo de cento e oitenta dias corridos , as notas técnicas, os despachos, as instruções e as demais diretrizes para a instrução e o julgamento de processos sancionadores que estejam em vigor, sujeitas à avaliação da Diretoria da ANP .	Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão.
Inclusão de Art. 37	Art. 37. Na contagem de prazo em dias computar-se-ão somente os dias úteis.	Acompanhando a evolução do direito processual civil e em linha com o Projeto de Lei 35/2018, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis.
Inclusão de Art. 38	Art. 38. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.	Acompanhando a evolução do direito processual civil (artigo 220 do CPC) e em linha com o Projeto de Lei 35/2018, sugere-se a suspensão do prazo no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: consultaprocessosancionador@anp.gov.br ou, diretamente, em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.